

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE
Inquérito Civil nº 06.2020.00001517-8

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, neste ato representado pelo Promotor de Justiça **Nilton Exterkoetter**, no exercício de suas atribuições na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **JOÃO FRANCISCO MARTINS – ME**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 08.774.956/0001-52, situada na Estrada Geral Nova Itália, nº 3.601, Bairro Colônia Nova Itália, no Município de São João Batista/SC, neste ato representada por seu diretor, **João Francisco Martins**, brasileiro, casado, madeireiro, filho de Quiliano Francisco e Maria Crispim Martins, carteira de identidade nº 3.355.053, CPF 932.930.549-00, doravante denominada de **COMPROMISSÁRIA** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00001517-8, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual n.º 197, de 13 de julho de 2000 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o presente Inquérito Civil, cujo objeto é remover serraria da APP e recuperar a área;

CONSIDERANDO que o art. 225, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil, assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e as futuras gerações;

CONSIDERANDO que deve ser destacado que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado como essencial à sadia qualidade de vida, pela interpretação conjunta dos artigos 5º e 225, ambos da Constituição Federal, é erigido à condição de garantia fundamental, pois não se cogita do direito à vida sem a sadia qualidade que somente o meio ambiente ecologicamente equilibrado pode

proporcionar;

CONSIDERANDO que o § 3º do já mencionado art. 225 da Constituição Federal, prevê que *"as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados"*;

CONSIDERANDO que está expresso também na Constituição Federal que a propriedade rural ou urbana deve cumprir sua função social e ambiental (artigos 5º, XXIII, 170, incisos III, e VI, 182 e 186, inciso II, todos da Constituição da República Federativa do Brasil);

CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Santa Catarina, por sua vez, em razão do princípio da simetria, reproduz em seus artigos 181, 182, incisos III e V, e 184, inciso I, a norma do artigo 225, § 1º, inciso IV e § 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 6.938/1981 dispõe em seu art. 2º, inciso VIII, que *"a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: [...] recuperação de áreas degradadas"*;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 6.938/1981, em seu art. 3º, inciso I, define meio ambiente como *"o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"*;

CONSIDERANDO que se entende por Área de Preservação Permanente - APP a *"área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas"* (art. 3º, inciso II, da Lei n.º 12.651/2012);

CONSIDERANDO que se considera Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, *"as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular"*, cujas larguras variam de acordo com a largura do rio (art. 4º, inciso I, da Lei n.º 12.651/2012);

CONSIDERANDO que o art. 3º, III, da Lei n. 6.938/81, preceitua que poluição é toda degradação da qualidade ambiental que prejudique a saúde, a segurança e o bem-estar da população, afete desfavoravelmente a biota, ou, ainda, lance matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei n.º 12.651/2012 prevê que *"A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei"*;

CONSIDERANDO que cabe ao proprietário do imóvel reparar as perdas ambientais;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização das atividades da empresa perante os órgãos ambientais, bem como a necessidade de reparação dos danos causados;

RESOLVEM

Formalizar o compromisso de ajuste de conduta, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A **COMPROMISSÁRIA** se compromete a remover as instalações existentes na área de preservação permanente, isolar e recuperar a área, conforme estabelecido na Cláusula Quarta; bem como providenciar o licenciamento da atividade.

Parágrafo Único: o presente termo de ajustamento de conduta não descaracteriza o termo de embargo, interdição ou suspensão 4421-D, lavrado pelo IMA, que deverá ser solucionado pela **COMPROMISSÁRIO** perante o IMA.

CLÁUSULA SEGUNDA

A **COMPROMISSÁRIA** está ciente de que somente poderá intervir em área de preservação permanente, após prévia autorização do IMA.

CLÁUSULA TERCEIRA

Caso a **COMPROMISSÁRIA** demonstre não ter interesse em prosseguir com a atividade em razão do custo da regularização, assume a obrigação

de fazer, consistente na paralisação total da empresa, e obrigação de não fazer, comprometendo-se a não exercer a atividade de serraria e beneficiamento de madeira sem a prévia licença e registro.

CLÁUSULA QUARTA

Independentemente da paralisação ou não das atividades, a **COMPROMISSÁRIA** se compromete na obrigação de fazer, consistente em recuperar o dano ambiental ocasionado na área de preservação permanente, devendo, para tanto:

a) efetuar a remoção de toda a estrutura da Serraria e/ou qualquer resíduo sólido localizado em área de APP, respeitando a faixa *non aedificandi* de 50 (cinquenta) metros do Rio Tijucas (fundos) e a faixa de 30 (trinta) metros do curso d'água (margem lateral), conforme levantamento topográfico de fl. 65, respeitando-se a metragem mínima estabelecida pela Lei 12.651/2012, **no prazo improrrogável de 18 (dezoito) meses, contados da assinatura do presente Termo;**

b) promover o isolamento da área em toda a sua extensão, para evitar o acesso de pessoas, animais e caminhões na área de preservação, bem com a reparação do dano ambiental, mediante o plantio de espécies nativas, com orientação e acompanhamento da Fundação Municipal de Meio Ambiente – FUMAB, por se tratar de área de pequena monta, **no prazo de 30 dias, contados do encerramento do prazo previsto na alínea anterior;**

c) não promover novas intervenções na área de APP, prevista no levantamento topográfico de fl. 65, sem prévia autorização do órgão ambiental competente (IMA);

d) averbar na matrícula do imóvel, a área de preservação permanente; bem como o presente termo de ajustamento de conduta, tão logo se conclua a usucapião.

CLÁUSULA QUINTA

Em caso de transferência da propriedade ou posse da área ou, ainda, cessão decorrente de contrato de aluguel/arrendamento, a **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento.

Parágrafo Primeiro – Se a **COMPROMISSÁRIA** transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável

solidária com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento.

Parágrafo Segundo – Se a **COMPROMISSÁRIA** transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidária com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

CLÁUSULA SEXTA

Se após o transcurso de seis meses, contado do item "b" da Cláusula Quarta, o relatório da Polícia Militar Ambiental indicar que as medidas adotadas foram insuficientes para a recuperação do passivo ambiental, a **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de fazer, consistente na elaboração de Projeto de Recuperação da Área Degradada – PRAD, por profissional devidamente habilitado, no prazo de 90 dias, que deverá ser submetido, até o fim do prazo referido, à análise e aprovação do Órgão Ambiental competente (IMA);

Parágrafo Primeiro – O PRAD a ser aprovado pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA integra este instrumento para todos os fins legais, assim como as respectivas licenças concedidas por esse órgão;

Parágrafo Segundo – As ações previstas no PRAD serão executadas conforme cronograma aprovado pelo Órgão Ambiental e deverão estar concluídas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da aprovação;

Parágrafo Terceiro – Após a aprovação do PRAD pelo Órgão Ambiental, a cada 6 (seis) meses a **COMPROMISSÁRIA** remeterá a esta Promotoria de Justiça relatório de acompanhamento do PRAD, contendo a descrição das atividades realizadas e fotografias do local, firmado por profissional regularmente habilitado.

CLÁUSULA SÉTIMA

A **COMPROMISSÁRIA** assume a obrigação de fazer, consistente em adotar todas as medidas necessárias para perfeito funcionamento de suas atividades, cumprindo fielmente as obrigações assumidas no presente Termo, além de providenciar outras licenças, autorizações e/ou documentos que forem necessárias, além de adotar todas as providências eventualmente indicadas no PRAD, se necessário a sua confecção.

CLÁUSULA OITAVA

O Ministério Público requisitará a fiscalização do cumprimento deste acordo, tomando as providências legais cabíveis, sempre que necessário,

podendo requisitar o apoio dos órgãos ambientais competentes, bem como realizar vistorias sem aviso prévio.

CLÁUSULA NONA

O descumprimento das obrigações ou violação de quaisquer cláusulas deste Termo de Ajustamento de Conduta implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial - INPC, desde a data da celebração deste termo até a data do efetivo desembolso e revertidos em prol do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados.

Parágrafo Único: Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente lavrado pelo órgão ambiental ou agente fiscalizador comprovando o descumprimento/violação.

CLÁUSULA DÉCIMA

O **COMPROMITENTE** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor da **COMPROMISSÁRIA**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como solicitar a fiscalização acerca do cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta.

Parágrafo Único: Eventuais valores despendidos com o custeio das perícias a serem realizadas deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pela **COMPROMISSÁRIA**, salvo justificada impossibilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Comprovada a inexecução dos compromissos previstos neste Termo de Ajustamento de Conduta, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

Parágrafo Primeiro: Eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de São João Batista/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste;

Parágrafo Segundo: O presente Termo poderá ser protestado perante Cartório de Protesto de Títulos;

Parágrafo Terceiro: Constatada qualquer irregularidade na efetivação das disposições constantes no licenciamento, será exigido de imediato o cumprimento da legislação ambiental, não sendo tolerado ao inadimplente continuar usufruindo os prazos aqui estipulados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em quatro vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

São João Batista, 12 de junho de 2020.

Nilton Exterkoetter
Promotor de Justiça

Joana Zunino
Bióloga CRBio nº 53.082

João Francisco Martins - ME.
Compromissário

Mariza Sperandio Martins
Esposa